

Vereadores se mobilizam por saída imediata de Zé Carlos



Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Silva, e Zé Carlos, é alvo de investigações no Ministério Público por suspeita de pedido de propina em contratos no Legislativo e também no caso de rachadinha

de Rodrigo Pomante

CRISE NA CÂMARA

Vereadores se mobilizam por saída imediata de Zé Carlos

Audios de suposto esquema de propina ampliaram movimento por afastamento

Defesa alega sigilo judicial para não se manifestar

A subvocal do vereador Zé Carlos, Ralph Tórtima Filho, foi procurado na noite de ontem e informou que "tanto a defesa quanto o vereador Zé Carlos, em respeito ao sigilo judicial decretado, declinaram de se manifestar publicamente quanto aos áudios divulgados, somente o fazendo formalmente nos autos da investigação".

O advogado Haroldo Cartella, que atua na defesa do advogado Rafael Creato, subsecretário de Relações Institucionais da Câmara, informou que ficou surpreso com a divulgação dos áudios, que estavam sob sigilo judicial, e que seu cliente vai comprovar sua inocência por meio de documentos

assim que for chamado para prestar esclarecimento pelo Ministério Público. A Câmara Municipal informou, por meio da assessoria de imprensa, que a assessoria jurídica pessoal do vereador Zé Carlos é que responde em nome do parlamentar, alegando que as denúncias não estão relacionadas à

Casa de Leis. Apesar dos fatos que suscitaram o clima na cidade, ontem o presidente da Câmara esteve no Legislativo e a Assembleia da Câmara em sessão na próxima semana, segunda-feira, devido às eleições, com Zé Carlos até então presidindo.

cento por cento os fiscais da Câmara suscitaram que o Legislativo estavam pagando horas desacomodadas. Em um outro áudio, onde ainda tentam uma definição do valor da propina, o vereador Zé Carlos atribui um número "900" possivelmente como sendo um valor a ser pago pelo prestador de serviços para a manutenção do contrato da TV Câmara, no valor de R\$ 1,7 milhões. O empresário diz que quer continuar com o contrato e permanecer parceiro, ressaltando que conhece como funciona o esquema na Câmara.

A divulgação dos áudios que escancarou o esquema de pedido de propina para renovação de contratos de empresas terceirizadas que prestam serviço à Câmara Municipal de Campinas na gestão do atual presidente na Casa o vereador José Carlos Silva (PSB), o Zé Carlos, deixou praticamente insustentável a permanência do parlamentar à frente do Legislativo campineiro. Há vereadores que anunciam a mobilização para afastamento imediato do presidente da Câmara, outros pretendem instaurar uma CPI para apurar todos os contratos legislativos, e o Ministério Público informou ontem que está realizando as diligências pendentes para concluir as investigações de suspeita de corrupção passiva na Câmara.

Parlamentares querem investigar todos os contratos legislativos

"Com a divulgação dos áudios que indicam prática de corrupção passiva na Câmara, as bancadas do PT e do PcoB defendem o afastamento imediato do vereador Zé Carlos da presidência do Legislativo campineiro. Outras bancadas definiram suas ações conjuntamente e defendem uma rigorosa apuração dos fatos e o amplo direito de defesa dos envolvidos", diz o trecho da nota assinada por vereadores do PT e PcoB. O líder da bancada do PT, vereador Celso Santos, disse que os parlamentares se reunirão para definir os próximos passos.

Para a vereadora Paula Miguel (PL), ficou insustentável a permanência de Zé Carlos na presidência da Casa. "Defendemos a investigação a partir dos áudios de corrupção passiva, é necessário uma providência. Estamos discutindo qual o melhor caminho. Vamos acionar também a Corregedoria da Câmara e a CPI não está descartada".

O assessor Rafael Creato não investigado pelo Ministério Público por cobrança de propina de presidente de serviço. Zé Carlos ainda enfrenta uma outra investigação de suposta prática de rachadinha, quando o parlamentar confisca parte do dinheiro de assessores.

MAIS SUSPEITAS

Ministério Público investiga também esquema de rachadinha

Três vereadores, dentre os quais Zé Carlos, são alvos de inquérito civil sobre retenção de parte do salário de assessores

de Rodrigo Pomante

parte do salário dos assessores do vereador no Parlamento. As investigações começaram no mês de maio com o envio de áudios de Zé Carlos para os vereadores. Em julho deste ano, parte deles foi arquivada, restaram as investigações contra o presidente da Câmara e

contra os vereadores Edilson Ribeiro (PSL) e Otto Meijer (PL), alvos de inquérito civil. O MP informou que "as investigações proseguem e ainda há diligências pendentes para a cabal apuração dos fatos".

sa denúncia", avaliou. Em relação ao Legislativo, Machado apontou que o funcionamento da Casa acaba se voltando à denúncia, deixando aqueles outros projetos de caso. Já em relação à sociedade, a percepção de casos de corrupção acaba inibindo a bagagem pública de cada indivíduo. "Temos

um conjunto de pessoas, um número considerável do eleitorado, que já se colocou meio à margem das questões políticas e, para eles, qualquer escândalo que acontece só mais um dentro daquilo que imaginamos que já acontece no cenário da política. Independente do que esteja acontecendo, vão manter a postura negativa que já possuem", explicou.

Desempenho Pelo balanço da produção da Câmara Municipal, o número de procedimentos realizados no primeiro semestre totalizou 67%. Entre os procedimentos informados, a maioria é de requerimentos, indicações, moções. Os projetos de lei ordinária, projetos de decreto legislativo e projetos de resolução constituem minoria.



Durante sessão da Câmara Municipal no mês passado, manifestantes pediram a abertura de Comissão Processante de Inquérito (CPI) para apurar suspeitas de corrupção em contratos no Legislativo

Acusações afetam a imagem e o desempenho do Poder Legislativo

Produção parlamentar já é abaixo da desejada e pode piorar com a polêmica

Acusações contra o presidente da Câmara Municipal, Zé Carlos (PSB), afetam a imagem do Legislativo de Campinas e os trabalhos conduzidos pela Casa, que já vinham abaixo do desejado. Um balanço sobre a produção parlamentar da Câmara, divulgado pela reportagem do **Correio Popular** em 27 de agosto, mostrou que durante o primeiro semestre deste ano, houve um direcionamento massivo em procedimentos como requerimentos e indicações — instrumentos considerados de menor impacto na vida do cidadão — em relação ao número de projetos de lei. Foram 1.892 requerimentos e 4.483 indicações protocoladas pelos parlamentares nos primeiros seis meses, enquanto o número de projetos de lei

totalizou apenas 181. Com o agravar das acusações, o professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e cientista político Vinícius Barletta Machado disse que a atuação do Legislativo de nível ficou comprometida. "No ano de eleições, qualquer tipo de denúncia pode ter impacto no eleitorado. Agora, a situação é de e desdobramento des-

sa denúncia", avaliou. Em relação ao Legislativo, Machado apontou que o funcionamento da Casa acaba se voltando à denúncia, deixando aqueles outros projetos de caso. Já em relação à sociedade, a percepção de casos de corrupção acaba inibindo a bagagem pública de cada indivíduo. "Temos

um conjunto de pessoas, um número considerável do eleitorado, que já se colocou meio à margem das questões políticas e, para eles, qualquer escândalo que acontece só mais um dentro daquilo que imaginamos que já acontece no cenário da política. Independente do que esteja acontecendo, vão manter a postura negativa que já possuem", explicou.

Desempenho Pelo balanço da produção da Câmara Municipal, o número de procedimentos realizados no primeiro semestre totalizou 67%. Entre os procedimentos informados, a maioria é de requerimentos, indicações, moções. Os projetos de lei ordinária, projetos de decreto legislativo e projetos de resolução constituem minoria.

No primeiro semestre de 2021, o número total de procedimentos foi um pouco maior, 6.852. Desse total, a maioria é ambient de indicações (3.811) e requerimentos (1.809). Os projetos de lei, na ocasião, somaram 20. Na avaliação sobre o primeiro semestre feita pela Câmara na época, o número expressivo de requerimentos e indicações indicou um papel essencial e questionador do parlamentar diante das ações do Executivo. Em relação aos projetos de lei — 30 por mês em média —, a Câmara avalia que o trabalho foi satisfatório. Especialistas, no entanto, questionam os números e chamam atenção ao fato de que quantidade de projetos colossais, o que conta no final a qualidade dessas proposições.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5